

Empresários e economistas temem crise social de 84

Alexandre Pollezzi

São Paulo — A queda das taxas de desemprego em quatro das seis regiões Metropolitanas do país, anunciadas na semana passada pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), não aliviará as tensões sociais, na opinião de empresários como Roberto Della Mana (diretor da Federação das Indústrias de São Paulo) e de economistas como João Manuel Cardoso de Melo (assessor econômico do PMDB), que temem a volta dos saques e depredações e a continuação dos índices de criminalidade em 1984.

O DIEESE (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos) contesta a metodologia do IBGE e diz que, só na grande São Paulo, em julho havia 960 mil desempregados. Um número próximo — de 826 mil 569 pessoas desempregadas foi constatado pelo IBGE em outubro nas Regiões Metropolitanas (São Paulo, Rio, Porto Alegre, Recife, Salvador, Belo Horizonte).

“Nada nos faz crer que 1984 será melhor que 1983. Ao contrário. Com todas as medidas tomadas pelo Governo, com o aumento das taxas e impostos às indústrias e a ausência de uma política industrial, a curto, médio e longo prazos, só posso ver 1984 com pessimismo” — afirmou Roberto Della Mana, diretor do Departamento Sindical da FIESP, que não acredita na reabsorção dos atuais desempregados.

Ele concorda que a violência nas grandes cidades continuará, porque, “a não ser que haja uma mudança em profundidade, não há como evitar que tudo isso aconteça”, comentou referindo-se aos saques e à criminalidade. “A diferença, hoje, é que todos sabemos que 1984 será pior, ao contrário dos últimos quatro anos, quando sempre dizíamos que o ano seguinte seria melhor”, destacou.

A socióloga Annez Andraus, responsável pelas pesquisas sobre desemprego no DIEESE, observa que a tendência de cresci-

mento da população que ganha apenas um salário mínimo no Brasil prenuncia a continuidade da violência nas grandes cidades em 1984. Citou os números com base na Pesquisa Nacional por Amostra Domiciliar, do IBGE: em 1980, 34% da população economicamente ativa recebia um salário mínimo; em 1981, 37%, e, em 1983, 44%. “Se esta tendência persistir em 1984, metade da população economicamente ativa do Brasil ganhará um salário mínimo, o que é um absurdo” — comentou Andraus.

O economista e professor da Universidade de Campinas João Manuel Cardoso de Mello, um dos principais assessores econômicos do PMDB, apresentou um quadro pessimista para 1984: a queda geral dos salários será em torno de 20% a 25%; a inflação no final do ano estará na casa dos 200%; haverá aumento do desemprego e, com ela, “a ruptura social”.

A combinação de forças entre bandidos comuns e populares, registrada nos saques em São Paulo, é típica de situações de crise social e encontra paralelos em manifestações no Peru, Colômbia e Venezuela, segundo Cardoso de Mello.

Um dos indicadores de crise social de acordo com a socióloga Annez Andraus, do DIEESE, são os dados divulgados pelo presidente do IBGE, Jessé Montello, na semana passada, sobre evasão escolar em São Paulo, com base na última PNAD. A pesquisa do IBGE indicou que, no Estado de São Paulo, de cada 10 mil alunos matriculados na 1ª série do 1º grau, apenas 5 mil e 96 atingem a 8ª série.

Entre as causas da evasão, segundo o mesmo levantamento, está em primeiro lugar a “necessidade de trabalhar” (38,1%), ficando o item “falta de escola” em segundo lugar, com 37,8%. Em seguida, “falta de vagas”, 2% e “outras causas”, 22,1%.